



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0201.03/2020
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

1.0 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR OFICINAIS, CURSOS E ENCONTROS. AQUISIÇÃO DE OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO, MATERIAL GRÁFICO PARA FOMENTAR AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL VISANDO O ENFRENTAMENTO AO VETOR (AEDES AEGYPTI) TRANSMISSOR DA DENGUE, ZIKA, CHIKUNGUNYA, EM ATENDIMENTO À PORTARIA Nº 5.598/FUNASA/MS JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU – CE.

2.0 DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E FORMAÇÃO DE LOTES.

2.1 RELAÇÃO DOS PRODUTOS:

LOTE I - PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR OFICINAS, CURSOS, ENCONTROS			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT
01	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE 06 CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA O CONTROLE E DE VETORES AEDES AEGYPTI EM AMBIENTE DOMÉSTICO (C.H 5 H CADA).	H/AULA	30
02	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE 03 CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE AGENTES DE SAÚDE PARA DIAGNÓSTICO DE INFECTADOS PELA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA (C.H. 8H CADA).	H/AULA	24
03	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA 06 CURSOS DE TREINAMENTO DE BRIGADISTAS DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI (C.H. 5 H CADA).	H/AULA	30
04	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA OFICINAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMBATE AO MOSQUITO AEDES AEGYPTI (04 PROFISSIONAIS CADA OFICINA).	H/AULA	288
05	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE 24 OFICINAS COM TEMA EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL E COMBATE AO MOSQUITO AEDES AEGYPT (02 PROFISSIONAIS CADA OFICINA) – CH 4 H CADA.	H/AULA	192

LOTE II - GRÁFICOS			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT
01	CARTILHA DE INSTRUÇÕES PARA O COMBATE AO AEDES AEGYPT, CAPA: 30X21CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHÊ LISO LD 115G 660X960. PROVA. MIOLO: 16 PÁGS, 15X21CM, 4 CORES, TINTA ESCALA	UNID	5000



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal – Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

180

	EM OFF-SET LD 75G. LAMINAÇÃO FOSCA=1 LADO(S) (CAPA), DOBRADO(MIOLO), GRAMPEADO, DOBRADO(CAPA).		
02	CONFEÇÃO DE FAIXA DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO. COLORIDO. FAIXA EM TECIDO COM CELIGRAFIA 6M DE COMPRIMENTO POR 0,50M DE LARGURA.	UNID	50
03	CONFEÇÃO DE ADESIVOS EM IMPRESSÃO DIGITAL (PEQUENO), MATERIAL PLASTIFICADO, 4 CORES, 10X20CM.	UNID	4000
04	FOLDERS, 46X31CM, 4X4 CORES, TINTA ESCALA EM TRIPLEX 250G. PROVA. DOBRADO, CORTE/VINCO, LAMINAÇÃO FOSCA=1 LADO(S).	UNID	2000
05	CONFEÇÃO DE BANNERS PARA DIVULGAÇÃO DE CONCURSOS DE FOTOGRAFIA E REDAÇÃO BANNER EM LONA 4X0 COM 1,20M DE COMPRIMENTO POR 0,90M DE LARGURA.	UNID	20
06	PANFLETO, 15X21CM, 4X4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHÊ LISO 90G. PROVA.	UNID	5000
07	CONFEÇÃO DE COLETES COM MENSAGENS EDUCATIVAS TAMANHOS P, M E G, COM FUNDO BRANCO E CELIGRAFIA DE ACORDO COM O PROJETO EDUCAÇÃO E SAÚDE AMBIENTAL FUNASA, GOLA CARECA, 100%EM ALGODÃO EM MALHA, MANGA CURTA.	UNID	200
08	CONFEÇÃO DE BONÉS PARA CONTENDO MENSAGENS EDUCATIVAS.	UNID	150

LOTE III - MATERIAL DE LIMPEZA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT
01	SACO P/LIXO 100 L REFORÇADO, 12 MICRAS (KG), COR PRETA	UNID	300
02	SACO P/LIXO 200 L REFORÇADO, 12 MICRAS (KG), COR PRETA	UNID	300
03	LUVA LÁTEX TAM 9 G. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	80

LOTE IV - MATERIAL DE EXPEDIENTE			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT
01	CAIXA DE CANETA CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA GROSSA, NA COR AZUL, CORPO EM MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 140MM, GRAVADO NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE. CARGA: TUBO PLÁSTICO APROXIMADO DE 130,5 MM, ESFERA EM TUGSTENIO.	CX	10



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal – Estado do Ceará
Gestão 2017/2020



02	CADERNETAS DE ANOTAÇÕES TEMÁTICAS	UNID	200
03	FOLHAS DE CARTOLINA	UNID	200
04	FOLHAS DE PAPEL MADEIRA - PAPEL MADEIRA NA COR KRAFT OURO, DIMENSÕES 66 X 96CM. A UNIDADE E FOLHA MESMO OU BLOCO COM 100 OU 500 FOLHAS	UNID	200
05	RESMA DE PAPEL- PAPEL OFÍCIOA4,DIMENSÕES 210 X 297 MM, 75G/M NA COR BRANCA RESMA COM 500 FOLHAS	UNID	200
06	LÁPIS CERA - CORES VARIADAS	CX	150
07	TINTAS ATÓXICAS – GUACHE CORES VARIADAS	CX	100
08	FITAS ADESIVAS. FITA, ADESIVA, GOMADA, FABRICADA EM POLIPROPILENO, ADESIVO EM RESINA DE BORRACHA NATURAL, ROLO COM DIMENSAO 38MM X 50M. EMBALAGEM: UNIDADE SEPARADA COM MATERIAL ANTI-ADESIVO, CONTENDO A MARCA DO FABRICANTE.	UNID	100

LOTE V - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT
01	ÓCULOS MODELO SPECTRA INCOLOR.	UNID	60
02	MEDALHA PARA PREMIAÇÃO	UNID	36
03	TROFÉUS PARA PREMIAÇÃO	UNID	12
04	GALOCHAS PARA UTILIZAÇÃO EM BRIGADA	UNID	30

LOTE VI - GÊNEROS ALIMENTENCIOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT
01	LANCHES – SERVIÇO POR PESSOA PARA ATIVIDADES- PÃO CARIOCA APROXIMADAMENTE 40G, COM RECHEIO, (PÃES DE SABORES DO RECHEIO, SALSICHA, CARNE MOÍDA, MORTADELA, PRESUNTO, QUEIJO) PODENDO AINDA MAIS DE UM SABOR, ACOMPANHADO DE SUCO (COPO COM 300ML), COM SABORES VARIADOS.	UNID	700
02	ÁGUA ADICIONADA DE SAIS (20L).	UNID	150

LOTE VII - LIXEIRAS DE COLETA SELETIVA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT
01	LIXEIRA C/ACAB.FRONTAL (PAPELEIRA) 4X50L, COLETA SELETIVA- CONJUNTO COM 4 LIXEIRAS BIODEGRADÁVEL DE 50L COM TAMPA BASCULANTE COM SUPORTE, CONSTRUÍDA EM PLÁSTICO REFORÇADO COM PROTEÇÃO UV, MEDINDO 60CM DE ALTURA, 33CM DE LARGURA E 33CM DE	UNID	160



- 122

COMPRIMENTO.		
--------------	--	--

LOTE VIII - GASOLINA / DIESEL			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT
01	GASOLINA COMUM	LITRO	800
02	DIESEL COMUM	LITRO	600

3. DO OBJETO

3.1 O presente Termo Referência tem por objetivo subsidiar o processo para **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR OFICINAIS, CURSOS E ENCONTROS. AQUISIÇÃO DE OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO, MATERIAL GRÁFICO PARA FOMENTAR AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL VISANDO O ENFRENTAMENTO AO VETOR (AEDES AEGYPTI) TRANSMISSOR DA DENGUE, ZIKA, CHIKUNGUNYA, EM ATENDIMENTO À PORTARIA Nº 5.598/FUNASA/MS JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU – CE.**

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1 Convênio financiado pela FUNASA (Convênio nº 25100.019.041/2017-29) e alta infestação vetorial no município e a possibilidade da Educação em Saúde Ambiental poder contribuir significativamente para a redução dos locais de proliferação do mosquito, este projeto é de suma importância para a melhoria da saúde pública do Município de São Luís do Curu – CE.

5. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

- 5.1. A presente contratação devem **COMPOR REGISTRO DE PREÇOS** de acordo com normas prevista no Art. 15, Inciso II da Lei nº 8.666/93, onde a ata terá validade de 12 meses, o que implica que tais quantitativos visam atender as demandas que surgirão no ano em curso e no ano de 2020, bem como permitir um melhor gerenciamento das aquisições e serviços prestados, sem prejuízo da economia de escala e da eficiência dos recursos aplicados, justifica-se o Registro de Preços quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, quando for conveniente a aquisição de produtos e prestação de serviços com previsão de entregas parceladas, ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelas unidades de Consumo da Secretaria de Saúde, nos termos do Decreto Municipal nº 011/2019 de 03 de Abril de 2019, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93, de 21.06.93.
- 5.2. A natureza dos produtos e serviços a serem contratados é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, podendo, portanto, serem adquiridos **através de Pregão, em sua forma Eletrônica, para Registrar Preços com critério de julgamento por lotes obedecendo à mesma classificação dos itens**, com observância ao princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, deverá ser processada e julgada em estrita



conformidade com o Decreto Municipal nº 011/2019 de 03 de abril de 2019, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93, de 21.06.93.

6. DA JUSTIFICATIVA DOS LOTES

- 6.1. É lícito o agrupamento em lotes de itens e serviços a serem adquiridos por meio de pregão na forma Eletrônica ou Presencial, desde que possuam a mesma natureza e que guardem relação entre si, já respaldado em entendimento pacificado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 5.260/2011-1ª Câmara e Acórdão nº 861/2013 Plenário), bem como, priorizar a eficiência no Serviço Público, conforme discriminado neste Termo de Referência.
- 6.2. Para o cumprimento do disposto no art. 48 desta Lei Complementar Nº. 123/06 alterada pela Lei Complementar Nº. 147/14, a administração pública:
- 6.3. O agrupamento em lotes de itens se faz necessária, e adequada, para padronizar as rotinas desta secretaria, bem como evitar o aumento do número de fornecedores, favorecendo a rotina da Unidade, diante de eventuais descompassos decorrentes do fornecimento de produtos por diferentes fornecedores, bem como garantir a viabilidade da entrega, uma vez que se compra com um volume maior, uma vez que, lidar com um número menor de fornecedores, para produtos da mesma natureza e que guardem relação entre si, diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, a saber: fornecimento, vida útil e garantia dos produtos entre outras.
- 6.4. Portanto, fica claro que a opção pelo julgamento de menor preço por lote decorre da semelhança e compatibilidade entre os itens, sendo a divisão por lotes econômica e tecnicamente viável mantendo a competitividade necessária à disputa e mantendo a integralidade do objeto pretendido, a celeridade e a vantajosidade na contratação.

7. DO VALOR ESTIMADO

- 7.1 Os preços de referência ora apresentados foram estimados com base na média dos preços coletados viabilizados para verificação no mercado dos valores atinentes a contratação deste objeto, conforme coletas de preços anexados nos autos deste processo.

8. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. Para o fornecimento dos produtos e prestação dos serviços serão emitidas **ordens de compra ou serviço**, em conformidade com as propostas das licitantes vencedoras de cada lote.
- 8.2. A Ata de Registro de Preços produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará **PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES**.
As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços, subscrita pelo Município, através da Secretária de Saúde, Hedy Lane Moura Araújo e o(s) licitante(s) vencedor(es), que observará os termos do da Lei n.º 8.666/93, da Lei n.º 10.520/02, deste Edital e demais normas pertinentes.

9. DA ENTREGA E RECEBIMENTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS



- 9.1. A entrega dos produtos e serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor da Unidade gestora, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.
- 9.2. A presença da fiscalização por parte da Secretaria não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.
- 9.3. O prazo de entrega dos produtos e prestação dos serviços é de até **05 (cinco)** dias, contados do recebimento da ordem de compra ou serviço, em remessa de acordo com as necessidades do almoxarifado no caso de aquisição, onde deverá ser entregue em sua sede **no horário de 8:00h às 12:00h e das 14h às 17 horas**.
- 9.4. Os produtos em caso de aquisição poderão ser recebidos provisoriamente no prazo 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sendo dispensado do recebimento, na forma do que dispõe o art. 74 da Lei 8.666/93.
- 9.5. Os produtos em caso de aquisição poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **72 (setenta e duas)** horas, a contar da notificação da Licitante Vencedora Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.6. A licitante vencedora contratado deve arcar com quaisquer danos ou prejuízos causados ao Contratante. Nos casos de danos, prejuízos, avarias ou subtração de produtos, os valores correspondentes deverão ser descontados da(s) fatura(s) seguinte(s) da Licitante Vencedora Contratada, ou ajuizada, se for o caso, a dívida, sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato;
- 9.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 9.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Licitante Vencedora Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 9.8. O fornecimento dos produtos e serviços licitados poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de ordens de compra ou serviço, pela Unidade Gestora, constando a quantidade de produtos a serem adquiridos.

10. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos e serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Licitante Vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 11.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, decorrentes do fornecimento dos produtos e serviços, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de São Luís do Curu – CE.
- 11.2. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, durante todo o processo do contrato, de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.3. Substituir num prazo de até **72 (setenta e duas) horas**, às suas expensas, todo e qualquer produto em caso de aquisição, em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos.
- 11.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega e serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 11.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até o fornecimento dos produtos e serviços.
- 11.6. Responsabilizar-se pela fiel entrega dos produtos e prestação de serviços no prazo estabelecido.
- 11.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do contrato.
- 11.8. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.

12. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 12.1. Indicar o local em que deverão ser entregues os produtos e prestados os serviços.
- 12.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- 12.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 12.4. Designar servidor para a vistoria e fiscalização da entrega e fiscalizar o contrato.
- 12.5. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição e serviços do objeto.
- 12.6. Solicitar o reparo ou a substituição dos produtos em caso de aquisição, se necessário, que apresentarem defeito de fabricação durante o prazo de garantia ou se não estiver de acordo com as especificações técnica neste Termo de Referência.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



- 13.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento dos produtos, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada.
- 13.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal / fatura corrigida.
- 13.3. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.
- 13.5. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:
- 13.6. Documentação relativa à regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Trabalhista.
- 13.7. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de consulta pela internet em sites oficiais, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. A despesa ocorrerá à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento vigente de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, na dotação orçamentária própria e será certificado por ocasião de cada contratação, inerente à Secretaria de Saúde do Município de São Luís do Curu - CE.

15. GESTOR DO CONTRATO

- 15.1. O Gestor do Contrato será indicado pela Ordenadora de Despesa da Secretaria contratante, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Para atender aos seus interesses, a Secretaria Municipal, contratante, reserva-se no direito de alterar o quantitativo desde que esteja dentro do valor estimado da contratação, sem que isso implique alteração do preço unitário estipulado, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 16.2. Quaisquer, informações e esclarecimentos complementares relativos à Ata de Registro de Preços poderão ser obtidos junto a Unidade Gestora do processo no horário das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00.
- 16.3. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por interesse da Administração Pública, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato ou anulado por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocações de terceiros, sem que as empresas credenciadas tenham direito a qualquer indenização, à exceção do disposto no art. 59 da Lei nº. 8.666/93, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 16.4. Em caso de REVOGAÇÃO deste Processo serão observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.



16.5. A responsabilidade da empresa contratada estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil Brasileiro e a Lei de Licitações e Contratos, vigentes.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Licitante Vencedora que:
- 17.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 17.1.3. fraudar na execução do contrato;
 - 17.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 17.1.5. cometer fraude fiscal;
 - 17.1.6. não mantiver a proposta.
 - 17.1.7. A licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 17.1.8. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 17.1.9. Multa de até 10% (**dez por cento**) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 17.1.10. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos;
 - 17.1.11. impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São Luís do Curu com o consequente descredenciamento no CADASTRO DE FORNECEDORES pelo prazo de até cinco anos;
 - 17.1.12. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante Vencedora ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
 - 17.1.13. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Licitante Vencedora que:
 - 17.1.14. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 17.1.15. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 17.1.16. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
 - 17.1.17. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
 - 17.1.18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro de fornecedores.
 - 17.1.19. A Aplicação de qualquer das penalidade previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará ao contraditório e a ampla defesa à a Licitantes,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal – Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

fsb

observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1993, e subsidiariamente a Lei 9.784, de 1999.

17.1.20. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação pertinente.

São Luís do Curu – CE, 02 de Janeiro de 2020.



199
J

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0201.03/2020
ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.03/2020

Razão Social:

CNPJ Nº.:

Endereço:

Fone/Fax:

Banco:

Agência Nº.:

Conta Corrente Nº.:

OBJETO: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR OFICINAS, CURSOS E ENCONTROS. AQUISIÇÃO DE OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO, MATERIAL GRÁFICO PARA FOMENTAR AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL VISANDO O ENFRENTAMENTO AO VETOR (AEDES AEGYPTI) TRANSMISSOR DA DENGUE, ZIKA, CHIKUNGUNYA, EM ATENDIMENTO À PORTARIA Nº 5.598/FUNASA/MS JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU – CE

LOTE 01 - PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR OFICINAS, CURSOS, ENCONTROS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
1	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE 06 CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA O CONTROLE E DE VETORES AEDES AEGYPTI EM AMBIENTE DOMÉSTICO (C.H 5 H CADA).	H/AULA	30		
2	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE 03 CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE AGENTES DE SAÚDE PARA DIAGNÓSTICO DE INFECTADOS PELA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA (C.H. 8H CADA).	H/AULA	24		
3	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA 06 CURSOS DE TREINAMENTO DE BRIGADISTAS DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI (C.H. 5 H CADA).	H/AULA	30		
4	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA OFICINAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMBATE AO MOSQUITO AEDES AEGYPTI (04 PROFISSIONAIS CADA OFICINA).	H/AULA	288		
5	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE 24 OFICINAS COM TEMA EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL E COMBATE AO MOSQUITO AEDES AEGYPT (02	H/AULA	192		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal – Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

190

LOTE 01 - PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR OFICINAS, CURSOS, ENCONTROS					
	PROFISSIONAIS CADA OFICINA) – CH 4 H CADA.				
VALOR GLOBAL DO LOTE 01 R\$ _____ (POR EXTENSO)					

LOTE 02 - GRÁFICOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
1	CARTILHA DE INSTRUÇÕES PARA O COMBATE AO AEDES AEGYPT, CAPA: 30X21CM, 4X0 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHÊ LISO LD 115G 660X960. PROVA. MIOLO: 16 PÁGS, 15X21CM, 4 CORES, TINTA ESCALA EM OFF-SET LD 75G. LAMINAÇÃO FOSCA=1 LADO(S) (CAPA), DOBRADO (MIOLO), GRAMPEADO, DOBRADO (CAPA).	UNID	5000		
2	CONFECÇÃO DE FAIXA DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO. COLORIDO. FAIXA EM TECIDO COM CELIGRAFIA 6M DE COMPRIMENTO POR 0,50M DE LARGURA.	UNID	50		
3	CONFECÇÃO DE ADESIVOS EM IMPRESSÃO DIGITAL (PEQUENO), MATERIAL PLASTIFICADO, 4 CORES, 10X20CM.	UNID	4000		
4	FOLDERS, 46X31CM, 4X4 CORES, TINTA ESCALA EM TRIPLEX 250G. PROVA. DOBRADO, CORTE/VINCO, LAMINAÇÃO FOSCA=1 LADO(S).	UNID	2000		
5	CONFECÇÃO DE BANNERS PARA DIVULGAÇÃO DE CONCURSOS DE FOTOGRAFIA E REDAÇÃO BANNER EM LONA 4X0 COM 1,20M DE COMPRIMENTO POR 0,90M DE LARGURA.	UNID	20		
6	PANFLETO, 15X21CM, 4X4 CORES, TINTA ESCALA EM COUCHÊ LISO 90G. PROVA.	UNID	5000		
7	CONFECÇÃO DE COLETES COM MENSAGENS EDUCATIVAS TAMANHOS P, M E G, COM FUNDO BRANCO E CELIGRAFIA DE ACORDO COM O PROJETO EDUCAÇÃO E SAÚDE AMBIENTAL FUNASA, GOLA CARECA, 100%EM ALGODÃO EM MALHA, MANGA CURTA.	UNID	200		
8	CONFECÇÃO DE BONÉS PARA CONTENDO MENSAGENS EDUCATIVAS.	UNID	150		
VALOR GLOBAL DO LOTE 02 R\$ _____ (POR EXTENSO)					

LOTE 03 – MATERIAL DE LIMPEZA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal – Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

191

LOTE 03 – MATERIAL DE LIMPEZA					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
1	SACO P/LIXO 100 L REFORÇADO, 12 MICRAS (KG), COR PRETA	UNID	300		
2	SACO P/LIXO 200 L REFORÇADO, 12 MICRAS (KG), COR PRETA	UNID	300		
3	LUVA LÁTEX TAM 9 G. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	80		
VALOR GLOBAL DO LOTE 03 R\$				(POR EXTENSO)	

LOTE 04 – MATERIAL DE EXPEDIENTE					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
1	CAIXA DE CANETA - CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA GROSSA, NA COR AZUL, CORPO EM MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 140MM, GRAVADO NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE. CARGA: TUBO PLÁSTICO APROXIMADO DE 130,5 MM, ESFERA EM TUGSTENIO.	CX	10		
2	CADERNETAS DE ANOTAÇÕES TEMÁTICAS	UNID	200		
3	FOLHAS DE CARTOLINA	UNID	200		
4	FOLHAS DE PAPEL MADEIRA- PAPEL MADEIRA NA COR KRAFT OURO, DIMENSÕES 66 X 96CM. A UNIDADE E FOLHA MESMO OU BLOCO COM 100 OU 500 FOLHAS	UNID	200		
5	RESMA DE PAPEL - PAPEL OFÍCIO A4, DIMENSÕES 210 X 297 MM, 75G/M NA COR BRANCA RESMA COM 500 FOLHAS	UNID	200		
6	LÁPIS CERA - CORES VARIADAS	CX	150		
7	TINTAS ATÓXICAS – GUACHE CORES VARIADAS	CX	100		
8	FITAS ADESIVAS. FITA, ADESIVA, GOMADA, FABRICADA EM POLIPROPILENO, ADESIVO EM RESINA DE BORRACHA NATURAL, ROLO COM DIMENSAO 38MM X 50M. EMBALAGEM: UNIDADE SEPARADA COM MATERIAL ANTI-ADESIVO, CONTENDO A MARCA DO FABRICANTE.	UNID	100		
VALOR GLOBAL DO LOTE 04 R\$				(POR EXTENSO)	

LOTE 05 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal – Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

192

LOTE 05 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO					
1	ÓCULOS MODELO SPECTRA INCOLOR.	UNID	60		
2	MEDALHA PARA PREMIAÇÃO	UNID	36		
3	TROFÉUS PARA PREMIAÇÃO	UNID	12		
4	GALOCHAS PARA UTILIZAÇÃO EM BRIGADA	UNID	30		
VALOR GLOBAL DO LOTE 05 R\$ _____ (POR EXTENSO)					

LOTE 06 – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
1	LANCHES – SERVIÇO POR PESSOA PARA ATIVIDADES - PÃO CARIOCA APROXIMADAMENTE 40G, COM RECHEIO, (PÃES DE SABORES DO RECHEIO, SALSICHA, CARNE MOÍDA, MORTADELA, PRESUNTO, QUEIJO) PODENDO AINDA MAIS DE UM SABOR, ACOMPANHADO DE SUCO (COPO COM 300ML), COM SABORES VARIADOS.	UNID	700		
2	ÁGUA ADICIONADA DE SAIS (20L).	UNID	150		
VALOR GLOBAL DO LOTE 06 R\$ _____ (POR EXTENSO)					

LOTE 07 – LIXEIRAS DE COLETA SELETIVA					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
1	LIXEIRA C/ACAB. FRONTAL (PAPELEIRA) 4X50L, COLETA SELETIVA CONJUNTO COM 4 LIXEIRAS BIODEGRADÁVEL DE 50L COM TAMPA BASCULANTE COM SUPORTE, CONSTRUÍDA EM PLÁSTICO REFORÇADO COM PROTEÇÃO UV, MEDINDO 60CM DE ALTURA, 33CM DE LARGURA E 33CM DE COMPRIMENTO.	UNID	160		
VALOR GLOBAL DO LOTE 07 R\$ _____ (POR EXTENSO)					

LOTE 08 – GALOSINA/DIESEL					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
1	GASOLINA COMUM	LITRO	800		
2	DIESEL COMUM	LITRO	600		
VALOR GLOBAL DO LOTE 08 R\$ _____ (POR EXTENSO)					

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____ ()

Prazo de entrega máximo: 05 (cinco) dias

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal – Estado do Ceará
Gestão 2017/2020



Declaro para os devidos fins que nos preços oferecidos estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o COMPRA referente a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à fabricação e transporte do objeto licitado.

<<<DATA>>>

<<<Assinatura do Proponente>>>



194

PREGÃO ELETRÔNICO 0201.03/2020
ANEXO III – MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

DECLARAÇÃO

<<<RAZÃO SOCIAL, CNPJ Nº. e ENDEREÇO>>>, DECLARA:

- a) Sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de São Luís do Curu – CE, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854/99, publicada no DOU de 28/10/99, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- b) Sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de São Luís do Curu – CE, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;
- c) Sob as penas da Lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de São Luís do Curu - CE, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Nº. 8.666/93 e de que não existe superveniência de fato impeditivo da habilitação ou redução na sua capacidade financeira que venha a afetar as exigências contidas no edital.
- d) Declaramos para os devidos fins que somos enquadrado como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, não havendo nenhum impedimento previsto no art. 3º, § 4º da Lei Complementar Nº. 123/06.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma o presente, sob as penas da Lei.

<<<DATA>>>

<<<Assinatura do Proponente>>>



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0201.03/2020
ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.03/2020
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU – CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. ____, com sede na ____, neste ato através da Secretaria Municipal de ____, neste ato representado pelo(a) Sr(a). ____, doravante denominado CONTRATANTE, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.03/2020**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) signatária(s), conforme relação constante no anexo II desta ata registro de preços, nas quantidades estimadas e máximas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM E DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. A presente ata de registro de preços tem origem no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.03/2020**, sujeitando-se as partes às normas constantes do Decreto Federal Nº. 7.892/13, da Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações, e da Lei Nº. 10.520/02. Decreto Municipal Nº 011/2019 de 03 de ABRIL de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente ata **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR OFICINAIS, CURSOS E ENCONTROS. AQUISIÇÃO DE OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO, MATERIAL GRÁFICO PARA FOMENTAR AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL VISANDO O ENFRENTAMENTO AO VETOR (AEDES AEGYPTI) TRANSMISSOR DA DENGUE, ZIKA, CHIKUNGUNYA, EM ATENDIMENTO À PORTARIA Nº 5.598/FUNASA/MS JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU – CE**, tudo conforme especificações contidas no termo de referência constante do anexo I do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.03/2020**, no qual restaram classificados em primeiro lugar os licitantes signatários nominados no anexo II desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços terá validade de **12 (DOZE) MESES**, contados a partir de sua assinatura, improrrogáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá às Secretarias Municipais contratantes, no seu aspecto operacional.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS



5.1. Os preços registrados, a especificação dos materiais, os quantitativos, marcas, empresas fornecedoras e representante legal, encontram-se elencados no anexo II e anexo III da presente ata de registro de preços, em ordem de classificação das propostas de preços por item.

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

6.1. Os produtos/serviços licitados deverão ser entregues/executados no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da expedição da ordem de compra/serviço no indicado pelas unidades gestoras.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE COMPRA

7.1. A entrega dos produtos/serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor das Unidades gestoras, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

7.2. A presença da fiscalização por parte da Secretaria não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

7.3. O prazo de entrega dos produtos ou prestação dos serviços é de até **05 (cinco) dias**, contados do recebimento da ordem de COMPRA/SERVIÇO, em remessa de acordo com as necessidades do almoxarifado, onde deverá ser entregue em sua sede **no horário de 8:00h às 12:00h e das 14h às 17 horas**.

7.4. Os produtos/serviços poderão ser recebidos provisoriamente no prazo 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sendo dispensado do recebimento, na forma do que dispõe o art. 74 da Lei 8.666/93.

7.5. Os produtos/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **72 (setenta e duas) horas**, a contar da notificação da Licitante Vencedora Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. A licitante vencedora contratado deve arcar com quaisquer danos ou prejuízos causados ao Contratante. Nos casos de danos, prejuízos, avarias ou subtração de produtos/serviços, os valores correspondentes deverão ser descontados da(s) fatura(s) seguinte(s) da Licitante Vencedora Contratada, ou ajuizada, se for o caso, a dívida, sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato;

7.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Licitante Vencedora Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.9 O COMPRA dos produtos/serviços licitados poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de ORDENS DE COMPRA/SERVIÇO, pela Unidade gestora, constando a quantidade de produtos a serem adquiridos.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE



8.1. O pagamento será realizado ao fornecedor, quando regularmente solicitados os produtos/serviços pelo Município de São Luís do Curu – CE, na proporção da entrega dos produtos/serviços licitados, segundo as autorizações de COMPRA/SERVIÇOS expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo(a) gestor(a) da despesa, acompanhadas das certidões federais, estaduais e municipais, todas atualizadas, observadas a condições da proposta e os preços devidamente registrados.

8.2. Por ocasião da entrega dos produtos/serviços o FORNECEDOR deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva nota fiscal. A fatura e nota fiscal deverá ser emitida em nome das unidades gestoras.

8.2.1. Todas as informações necessárias à emissão da fatura/nota fiscal deverão ser requeridas junto as unidades gestoras.

8.3. O Município de São Luís do Curu – CE efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação tratada nos subitens anteriores, observadas as disposições editalícias e desta ata.

8.3.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

8.3.2. Para cada ordem de compra/serviços, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

8.3.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “on-line” às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.

8.3.4. Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, o fornecedor será comunicado por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Município de São Luís do Curu – CE, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

8.3.5. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do COMPRA/SERVIÇO.

8.4. Os preços registrados na presente ata não serão objeto de reajuste antes de decorridos 12 (doze) ano de seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

8.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação, e antes de recebida a ordem de compra/serviço, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração da COMPRA/SERVIÇO, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do art. 65, II, “d” da Lei Nº.8.666/93, alterada e consolidada.

8.5.1. Os preços registrados que sofrerem reajuste/reequilíbrio não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta de preços e aquele vigente no mercado à época do registro.



1/8

8.5.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de São Luís do Curu – CE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

8.5.3. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de São Luís do Curu – CE convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de COMPRA/SERVIÇO, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

8.5.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Setor de Compras do Município de São Luís do Curu – CE, responsável pela elaboração e emissão da referida planilha, assim também, dirimidas as eventuais dúvidas que possam surgir.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. São obrigações do fornecedor:

- a)** Entregar os materiais licitados ou executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pelas unidades gestoras, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, nesta ata de registro de preços e no termo de referência, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o COMPRA/SERVIÇO, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b)** Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da COMPRA/SERVIÇO;
- c)** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d)** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de São Luís do Curu – CE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da COMPRA/SERVIÇO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e)** Indicar preposto, aceito pelas unidades gestoras, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do FORNECEDOR deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f)** Entregar os materiais ou executar os serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços das unidades gestoras;
- g)** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega ou execução dos serviços, não sendo aceitos os materiais/serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- h)** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelas unidades gestoras do Município de São Luís do Curu – CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;



- i) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de São Luís do Curu – CE, no tocante ao COMPRA dos materiais ou prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ata de registro de preços;
- j) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da COMPRA/SERVIÇO, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- l) Comunicar imediatamente ao Município de São Luís do Curu – CE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- m) Possibilitar as unidades gestoras efetuarem vistorias nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- n) Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Município de São Luís do Curu – CE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte os materiais/serviços recusado pelas unidades gestoras, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no edital ou na sua proposta de preços;
- o) Providenciar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, por sua conta e sem ônus ao Município de São Luís do Curu – CE, a correção ou substituição, dos materiais que apresentem defeito de fabricação;
- p) Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais/serviços do Município de São Luís do Curu – CE, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a COMPRA/SERVIÇO objeto desta ata de registro de preços;
- q) Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o (s) local (is) de entrega;
- r) Manter, durante a vigência desta ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste.

9.2. São responsabilidades do fornecedor ainda:

- a) Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da COMPRA/SERVIÇO em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de São Luís do Curu – CE de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- b) Toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta ao Município de São Luís do Curu – CE por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da COMPRA/SERVIÇO, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Município de São Luís do Curu – CE, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

9.2.1. O fornecedor detentor do registro autoriza o Município de São Luís do Curu–CE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.2.2. A ausência ou omissão da fiscalização do Município de São Luís do Curu – CE não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas nesta ata de registro de preços.



9.3. Todo o material deverá ser comprovadamente de primeira qualidade não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado ou recondicionado.

9.4. A falta de quaisquer dos materiais cujo a COMPRA/SERVIÇO incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

10.1. O Município de São Luís do Curu – CE obriga-se a:

- a) Indicar o local e horários em que deverão ser entregues os materiais/serviços;
- b) Permitir ao pessoal do FORNECEDOR acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata de registro de preços;
- d) Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- e) Designar servidor para a vistoria e fiscalização da entrega.

CLÁUSULA ONZE – DA ALTERAÇÃO DA ATA

11.1. A presente ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei Nº. 8.666/93 e as disposições do Decreto Federal Nº. 7.892/13. Decreto Municipal Nº 011/2019 de 03 de ABRIL de 2019.

CLÁUSULA DOZE – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

12.2. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar ao órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.3. Caberá ao beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução dos serviços decorrentes da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Município de São Luís do Curu – CE.

12.4. As contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

12.4.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA TREZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente ata de registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:



13.1.1. Pelo Município de São Luís do Curu – CE:

- a) Quando o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelas unidades gestoras, sem justificativa aceitável;
- c) Quando o fornecedor não assinar a ordem de compra no prazo estabelecido;
- d) Quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da ordem de compra decorrente desta ata de registro de preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;
- f) Em qualquer hipótese de entrega total ou parcial da ordem de compra/serviço decorrente desta ata de registro de preços.

13.1.2. Pelo FORNECEDOR:

- a) Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta ata de registro de preços;
- b) Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Nº.8.666/93;

13.2. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei Nº. 8.666/93.

13.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ata de registro de preços.

13.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na afixação do flanelógrafo do Município de São Luís do Curu – CE ou em jornal de grande circulação estadual, pelo menos uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de São Luís do Curu – CE, facultando-se à esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

13.5.1. Não poderá haver cancelamento do registro enquanto pendente a entrega de ordem de compra já emitida.

13.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas a COMPRA/SERVIÇO do item.

13.7. Caso o Município de São Luís do Curu – CE não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ata de registro de preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS PENALIDADES

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Licitante Vencedora que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

I. ensejar o retardamento da execução do objeto;

- a) fraudar na execução do contrato;
- b) comportar-se de modo inidôneo;
- c) cometer fraude fiscal;



202

d) não mantiver a proposta.

14.1.2. A licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.1.3. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2. Multa de até 10% (**dez por cento**) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

14.2.1. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos;

14.2.2. impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São Luís do Curu com o consequente descredenciamento no CADASTRO DE FORNECEDORES pelo prazo de até cinco anos;

14.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante Vencedora ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

14.3.1. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Licitante Vencedora que:

14.3.2. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro de fornecedores.

14.5. A Aplicação de qualquer das penalidade previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará ao contraditório e a ampla defesa à Licitantes, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1993, e subsidiariamente a Lei 9.784, de 1999.

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação pertinente.

CLÁUSULA QUINZE – DOS ILÍCITOS PENAIS

15.1. As infrações penais tipificadas na Lei Nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços, correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no respectivo orçamento municipal vigente, em favor das unidades gestoras, à época da expedição das competentes ordens de compra/autorizações de COMPRA/SERVIÇO.

CLÁUSULA DEZESSETE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

17.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de registro de preços.



803

17.1.2. Integram esta ata de registro de preços os seus anexos, o edital de pregão eletrônico que lhe deu origem e seus anexos, e as propostas de preços das empresas classificadas.

17.1.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de São Luís do Curu – CE.

17.2. O Município de São Luís do Curu – CE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

17.3. A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao Município de São Luís do Curu – CE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pelo Município de São Luís do Curu – CE.

17.4. O FORNECEDOR, na execução da COMPRA/SERVIÇO, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização das unidades gestoras.

CLÁUSULA DEZOITO – DO FORO

18.1. O foro da Comarca de São Luís do Curu – CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste termo, em obediência ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Nº.8.666/93, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam a presente ata de registro de preços, na presença de testemunhas que também o assinam, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

<<<DATA>>>

MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU – CE
<<<CNPJ Nº.>>>
<<<UNIDADE GESTORA>>>
<<<ORDENADOR(A) DE DESPESAS>>>
ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE

<<<RAZÃO SOCIAL>>>
<<<CNPJ Nº.>>>
<<<REPRESENTANTE>>>
<<<CPF Nº.>>>



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal – Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

804

TESTEMUNHAS

1. _____ CPF Nº. _____

2. _____ CPF Nº. _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal – Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

205

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
ANEXO I – UNIDADE GESTORA INTERESSADA

ÓRGÃO GERENCIADOR

1. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ordenador de Despesas: Hedy-Lany Moura Araújo

CNPJ Nº. 07.623.051/0001-19

Endereço: Rua Rochael Moreira, S/N, Centro, São Luís do Curu – CE

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ordenador de Despesas: Hedy-Lany Moura Araújo

CNPJ Nº. 07.623.051/0001-19

Endereço: Rua Rochael Moreira, S/N, Centro, São Luís do Curu – CE



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal – Estado do Ceará
Gestão 2017/2020

906

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
ANEXO II – RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES COM PREÇOS
REGISTRADOS

1. RAZÃO SOCIAL: ____
CNPJ Nº.: ____
Endereço: ____
Telefone: ____
Representante legal: ____
CPF Nº.: ____



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
ANEXO III – REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS, ESPECIFICAÇÃO DOS
MATERIAIS/SERVIÇOS, QUANTITATIVOS, MARCAS EMPRESAS FORNECEDORAS

Este documento é parte integrante da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____**, celebrada entre o Município de São Luís do Curu – CE, através das unidades gestoras listadas no anexo I desta ata e as empresas cujos preços estão a seguir registrados por item.

1. RAZÃO SOCIAL: ____
CNPJ Nº: ____

<<<RELACIONAR ITENS>>>



208

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0201.03/2020
ANEXO V – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. ____

O **MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU – CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº. ____, com sede na ____, através da Secretaria de ____, neste ato representado pela Sr(a). ____, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa ____, pessoa jurídica de direito privado, sediada à ____, inscrita no **CNPJ Nº. ____**, por seu representante legal, Sr. ____, CPF Nº. ____, doravante denominada CONTRATADA, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

01 CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM E DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente termo de contrato tem origem na **ATA DA REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____**, oriunda do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0201.03/2020**, em conformidade com a Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações c/c os termos da Lei Nº. 10.520/02.

02 CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a **SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR OFICINAIS, CURSOS E ENCONTROS. AQUISIÇÃO DE OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO, MATERIAL GRÁFICO PARA FOMENTAR AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL VISANDO O ENFRENTAMENTO AO VETOR (AEDES AEGYPTI) TRANSMISSOR DA DENGUE, ZIKA, CHIKUNGUNYA, EM ATENDIMENTO À PORTARIA Nº 5.598/FUNASA/MS JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU – CE**, conforme itens abaixo listados.

<<<RELACIONAR ITENS>>>

03 CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1. O presente contrato tem o valor global de **R\$ ____ (____)**, a ser pago na proporção da entrega dos bens, segundo as autorizações de **COMPRA/SERVIÇOS** expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das certidões federais, estaduais e municipais, todas atualizadas, observadas a condições da proposta de preços adjudicada.

3.2. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento após entrega do produto/serviço, conforme verificação do mesmo pelo setor responsável e após o encaminhamento da documentação tratada no caput desta cláusula, observadas as disposições editalícias.

3.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na conta bancária do prestador ou através de cheque nominal.

3.3. Por ocasião da entrega do material/serviço licitado a **CONTRATADA** deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva nota fiscal. A fatura e nota fiscal deverá ser emitida em nome do Município de São Luís do Curu – CE – Secretaria de ____.



3.4. Todas as informações necessárias à emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a Secretaria Municipal de ____.

04 CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente instrumento contratual produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará até ____ de _____ de ____, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

05 CLÁUSULA QUINTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de _____.

06 CLÁUSULA SEXTA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

6.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei Nº. 10.520/02.

6.2. A CONTRATADA obriga-se a:

6.2.1. Entregar os produtos/serviços licitados no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento da ordem de compra/serviço, nos locais determinados pelo Município de São Luís do Curu, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato, e ainda:

- a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de São Luís do Curu ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- c) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na COMPRA/SERVIÇO, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do art. 65 da Lei Nº. 8.666/93;

6.2.2. No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

6.3. A CONTRATANTE obriga-se a:

6.3.1. O Município de São Luís do Curu – CE obriga-se a:

- a) Indicar o local e horários em que deverão ser entregues os materiais/serviços;
- b) Permitir ao pessoal do FORNECEDOR acesso ao local da entrega/serviço desde que observadas as normas de segurança;
- c) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;
- e) Designar servidor para a vistoria e fiscalização da entrega e fiscalizar o contrato.



210

- f) Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do objeto.
- g) Solicitar o reparo ou a substituição dos produtos/serviços, se necessário, que apresentarem defeito de fabricação durante o prazo de garantia ou se não estiver de acordo com as especificações técnica neste Termo de Referência.

6.4. **DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

6.4.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.4.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Licitante Vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

07 **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTE DO CONTRATO**

7.1. Qualquer alteração contratual só poderá ser feita através de aditivo, e se contemplada pelo art. 65 da Lei Nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, após apresentação da devida justificativa pela autoridade administrativa.

7.2. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato será buscado sempre que necessário para restabelecer as condições previamente pactuadas, mediante solicitação da CONTRATADA devidamente justificada e acompanhada dos documentos que comprovem o desequilíbrio.

08 **CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES**

8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Licitante Vencedora que:

8.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

I. ensejar o retardamento da execução do objeto;

a) fraudar na execução do contrato;

b) comportar-se de modo inidôneo;

c) cometer fraude fiscal;

d) não manter a proposta.

8.1.2. A licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.1.3. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

8.2. Multa de até 10% (**dez por cento**) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

8.2.1. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos;

8.2.2. impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São Luís do Curu com o consequente descredenciamento no CADASTRO DE FORNECEDORES pelo prazo de até cinco anos;



8.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante Vencedora ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

8.3.1. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Licitante Vencedora que:

8.3.2. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro de fornecedores.

8.5. A Aplicação de qualquer das penalidade previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará ao contraditório e a ampla defesa à a Licitantes, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1993, e subsidiariamente a Lei 9.784, de 1999.

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação pertinente.

09 CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no edital.

9.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei Nº. 8.666/93.

9.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei Nº. 8.666/93.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.

10.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no art. 58 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

10.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo Município de São Luís do Curu – CE ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei Nº. 8.666/93.

10.5. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.



212
[Handwritten signature]

10.6. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

10.7. O Município de São Luís do Curu – CE rejeitará, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com os termos do termo de referência, da proposta de preços e deste contrato.

10.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta de preços adjudicada.

10.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por pessoa indicada pelo ordenador de despesas da Secretaria de _____, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Nº. 8.666/93.

11 CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de São Luís do Curu – CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste contrato, em obediência ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

<<<DATA>>>

MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU – CE
<<<CNPJ Nº.>>>
<<<UNIDADE GESTORA>>>
<<<ORDENADOR(A) DE DESPESA>>>
CONTRATANTE

<<<RAZÃO SOCIAL>>>
<<<CNPJ Nº.>>>
<<<REPRESENTANTE>>>
<<<CPF Nº.>>>
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1. _____ CPF Nº. _____

2. _____ CPF Nº. _____

[Handwritten signature]